

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 149/XIII/4.ª SL

Aos 23 dias do mês de outubro de 2018, pelas 16.30 horas, reuniu na sala 6 do Palácio de S. Bento a Comissão de Defesa Nacional, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 148/XIII/4.ª SL;
2. Apreciação e votação dos pareceres referentes às iniciativas legislativas:
 - [Projeto de Lei n.º 1009/XIII/4.ª /BE](#) - Regula o direito de Associação do Pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro) - Deputado Relator: João Rebelo (CDS-PP)
 - [Proposta de Lei n.º 155/XIII/4.ª](#) - “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019” - Deputado Relator: João Vasconcelos (BE)
 - [Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª](#) - “Aprova o Orçamento do Estado para 2019” - Deputado Relator: João Vasconcelos (BE);
3. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Vice-Presidente, Senhor Deputado Miranda Calha (PS), foi submetida à apreciação da Comissão a ata n.º 148/XIII/4.ª SL, tendo sido aprovada por unanimidade, sem a presença do PCP no momento da votação.

Seguidamente, o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) apresentou o parecer referente ao Projeto de Lei n.º 1009/XIII/4.ª /BE - Regula o direito de Associação do Pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro). Intervieram de seguida, para cumprimentar o autor do parecer os Senhores Deputados Ascenso Simões (PS), Pedro Roque (PSD) e João Vasconcelos (BE).

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) apresentou então os pareceres relativos às Propostas de Lei n.ºs 155/XIII/4.ª - “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019” - e 156/XIII/4.ª - “Aprova o Orçamento do Estado para 2019”. Intervieram os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP) - para fazer alguns comentários acerca da necessidade de as verbas do anterior OE e as previstas na PPL serem comparadas com base no que efetivamente foi realizado; referiu-se

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

também ao facto de a proposta de lei ainda trabalhar com os valores da LPM que vai ser revista e congratulou-se com o aumento das verbas para as FND; Pedro Roque (PSD) – que agradeceu o parecer -, Ascenso Simões (PS) - que realçou o facto de o Conselho Económico e Social não fazer qualquer referência às questões da Defesa, entendendo que o seu presidente deveria ser sensibilizado para esta matéria; por outro lado, anunciou que os pareceres elaborados pelo seu GP na Comissão passarão sempre a integrar a “opinião do autor”, o que não se verificava nos que foram apreciados.

Submetidos a votação, os pareceres foram aprovados por unanimidade.

No ponto dedicado aos Outros Assuntos, o Vice-Presidente da Comissão informou que o GP do PSD tinha entregado um requerimento para audição do Ministro da Defesa Nacional, mas que por ter dado entrada apenas nesse dia, não tinha sido incluída na ordem de trabalhos, submetendo o assunto à consideração da Comissão.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD), que apresentou os fundamentos do requerimento, designadamente a estranheza pelos dois tipos de justificações apresentadas pelo General Rovisco Duarte para pedir a resignação do cargo de CEME: razões pessoais ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, mas refere-se a "circunstâncias políticas" na justificação que deu aos seus pares do Exército; por outro lado, a demissão parece ter sido imposta pelo atual MDN, pelo que, para clarificação de todo o processo, deveria ser ouvido na Comissão. Solicitou finalmente, que o requerimento pudesse ser imediatamente votado ou que fosse agendado para outra reunião ainda durante a semana em curso.

Intervieram os Senhores Deputados Ascenso Simões (PS) – que recordou que tinha proposto anteriormente que a primeira audição do MDN tivesse lugar na Comissão no tempo próprio, mas que o calendário orçamental não o permitiu, e uma vez que só por consenso se poderão realizar reuniões das comissões nesse período para outros fins, o assunto deverá ficar para depois da aprovação do OE -; João Rebelo (CDS-PP) – que concorda com a necessidade de ouvir o MDN sobre este assunto, mas reconhece que não há condições neste período -; João Vasconcelos (BE) – que reconhece que haverá outros momentos para ouvir o MDN, designadamente na Comissão de Inquérito que será aprovada -; Jorge Machado (PCP) – que não entende por que razão o MDN teria de comentar a aparente discrepância do CEME, uma vez que não é assunto da sua autoria -; José Matos Correia (PSD) – que recolocou a questão no sentido de saber se o Governo teve ou não intervenção na demissão do CEME, bem como afirmou ter a Comissão o direito de saber que processo político esteve na base da decisão,

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

porque detrás da questão procedimental está uma questão política e a Comissão tem de saber se o Governo sabe mais e se foi isso que implicou a exoneração (respondendo diretamente ao Senhor Deputado Ascenso Simões, que afirmou que o teor da nota ao Exército não se retira da apresentada ao PR e ao Governo, os quais não devem ter qualquer responsabilidade nesse assunto).

Finalmente, o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) afirmou que, embora o requerimento seja extemporâneo, existe um nexo de causalidade política entre a entrada de um novo MDN e a saída do CEME. Informou que na discussão na especialidade do OE, o MDN vai ser confrontado com as questões expostas no requerimento.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) perguntou se ao projeto da LPM já tinha dado entrada na AR, tendo a resposta sido negativa.

O Senhor Vice-Presidente informou ainda que a Comissão continua à espera da resposta à questão dirigida à PGR sobre a interpretação de uma frase relacionada com o levantamento do segredo de justiça na sequência da resposta ao requerimento apresentado pelo CDS-PP e aprovado na Comissão sobre o assunto do desaparecimento do material desaparecido de Tancos.

A reunião foi encerrada às 17H30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2018

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MIRANDA CALHA)